

HABEAS CORPUS Nº 561.136 - PR (2020/0032602-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA -
PR011078
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WILHERSON DE FREITAS BARBOSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão assim ementado (fl. 7):

PROCESSO PENAL. RECURSO DE AGRAVO. HOMOLOGAÇÃO DE FALTA GRAVE. POSSE DE APARELHO CELULAR NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL (ART. 50, INC. VII, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL). INSURGÊNCIA DEFENSIVA. 1. PLEITO DE NULIDADE DA DECISÃO ANTE A AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA ADEQUADA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD). REEDUCANDO DEVIDAMENTE ASSISTIDO POR DEFENSOR PÚBLICO, QUE ACOMPANHOU A OITIVA PERANTE O CONSELHO DISCIPLINAR E VALIDOU A DECLARAÇÃO PRESTADA DE PRÓPRIO PUNHO PELO APENADO PARA DEFESA NO PROCEDIMENTO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. 2. PRESCINDIBILIDADE DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO NO ESPECÍFICO CASO EM TELA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REGULARMENTE REALIZADO, POR MEIO DO QUAL SE PERMITIU CONSTATAR QUE O APENADO TINHA EM SUA POSSE, DENTRO DE SEU CUBÍCULO, APARELHO CELULAR E ACESSÓRIOS. ART. 118, §2º DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL QUE É APLICÁVEL EM CASOS DE REGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL. PRECEDENTES DESTA CÂMARA CRIMINAL. APENADO QUE JÁ SE ENCONTRAVA EM UNIDADE PRISIONAL COMPATÍVEL COM O REGIME FECHADO. DECISÃO ESCORREITA E, PORTANTO, MANTIDA.
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções homologou a falta grave praticada pelo reeducando em 30/1/2017, consistente na posse de aparelho celular, de carregador, de fone de ouvido e de bateria, no interior do estabelecimento prisional.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi improvido pelo Tribunal de Justiça.

Neste *writ*, sustenta a defesa, em suma, ilegalidade na condução do procedimento administrativo disciplinar que apurou falta grave cometida, sob o argumento de cerceamento do direito de defesa do apenado, porquanto ausente manifestação da defesa no procedimento administrativo apuratório.

Requer a declaração de nulidade do procedimento administrativo que homologou falta grave em desfavor do paciente, com a promoção de novo julgamento administrativo.

Sem pedido liminar.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, mas pela concessão da ordem de ofício.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a regularidade do procedimento administrativo disciplinar, extrai-se do acórdão (fl. 11):

Verifica-se que a conduta perpetrada pelo reeducando foi apurada por meio do Procedimento Administrativo Disciplinar autuado sob o nº 028/2017, acostado ao mov. 355.1.

Nesta oportunidade, foi informado pelo Inspetor, ao Chefe da unidade prisional, que em 30.01.2017, foi encontrado um aparelho celular e acessórios no cubículo de Wilherson de , e que o sentenciado assumiu a propriedade dos itens (fls. 1). Acostou-se Freitas Barbosa de telefones celulares, carregadores, entre outros objetos (fls. 2), bem imagens fotográficas como o , no qual constou que Termo de Apreensão “o preso WILHERSON DE FREITAS (fls. –PRONT 72.003 assumiu a posse e propriedade dos materiais apreendidos” BARBOSA 4).

Em 07.02.2017, inquirido perante o Secretário do Conselho Penitenciário da PCE, o reeducando relatou “que já fez sua defesa de próprio punho em seu cubículo e está anexando a mesma neste termo de declaração para que seja lida durante o Julgamento de seu (fls. 3). Procedimento Disciplinar” Em 23.04.2017 foi realizada oitiva na sala da secretaria do Conselho Disciplinar, oportunidade na qual o sentenciado, Wilherson , acompanhado do Defensor Público, Daniel Alves Pereira, optou por permanecer em silêncio. Na mesma ocasião, foi consignado que “tendo em vista as declarações terem sido feitas de próprio punho, após a leitura, o Defensor Público considera (fls. 5). ” válido o conteúdo para defesa do autor dos fatos Diante das evidências do caso, em 16.02.2018, o Conselho Disciplinar decidiu, por unanimidade de votos, em sancionar o apenado com falta grave (art. 63, inc. VIII do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná), com trinta dias de isolamento disciplinar, suspensão de visitas, favores e regalias (fls. 6).

Inicialmente, embora a defesa alegue a ausência de defesa técnica na elaboração, verifica-se que o Defensor Público, Daniel Alves Pereira, acompanhou as declarações prestadas pelo sentenciado perante o Conselho Disciplinar, tendo, inclusive, assinado o termo de declaração acostado às fls. 5. Na ocasião, o próprio defensor considerou válidas as

declarações de próprio punho apresentadas pelo reeducando.

Veja-se que não há pertinência alguma em acusar a ausência de defesa técnica adequada no referido procedimento, porquanto presente Defensor Público que acompanhou a oitiva do sentenciado perante o Conselho Disciplinar e subscreveu o Termo de Declaração (fls. 5).

Como se vê, o Tribunal de origem rejeitou a alegação de cerceamento do direito de defesa do apenado, tendo em vista que *o Defensor Público, Daniel Alves Pereira, acompanhou as declarações prestadas pelo sentenciado perante o Conselho Disciplinar, tendo, inclusive, assinado o termo de declaração acostado às fls. 5. Na ocasião, o próprio defensor considerou válidas as declarações de próprio punho apresentadas pelo reeducando.*

Com efeito, da documentação acostada aos autos, constata-se que o procedimento administrativo disciplinar para apuração da falta grave foi regularmente instaurado, assegurada a defesa técnica ao reeducando, tendo o Defensor Público constituído acompanhado a oitiva do apenado perante o Conselho Disciplinar, além de ter se manifestado por meio da subscrição do termo de declaração, não havendo falar em ilegalidade por cerceamento do direito de defesa. Em sentido análogo:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. **FALTA GRAVE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO EVIDENCIADO.** ATIPICIDADE OU DESCLASSIFICAÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. **É pacífico o entendimento de que não há nulidade no procedimento administrativo se [...] o defensor esteve presente durante a oitiva do sentenciado e das testemunhas e apresentou as razões finais da defesa, não se vislumbrando o alegado cerceamento de defesa. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é desnecessária nova oitiva do sentenciado em juízo antes da homologação da falta grave se ele teve a oportunidade de se manifestar no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apurar a infração disciplinar, acompanhado da defesa técnica.** (HC n. 365.828/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/9/2016).

2. Se as instâncias ordinárias concluíram que os atos praticados no interior do estabelecimento prisional configuram falta grave, exsurgindo da moldura fática delineada no acórdão vergastado, em tese, acertada adequação típica, a desclassificação para falta média ou leve ou o reconhecimento da atipicidade das condutas demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, insuscetível de ser realizado na via estreita do writ (AgRg no HC n. 390.311/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 15/2/2018).

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 444.488/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR,

Superior Tribunal de Justiça

SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018)

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator